

# Sumário

Prefácio .....	VII
Apresentação.....	XI
Introdução.....	1
<b>1. Contextualização Histórica da Questão Indígena no Brasil e seu Tratamento Jurídico.....</b>	<b>11</b>
1.1. Do período Pré-Colombiano às consequências da “descoberta” do Brasil .....	12
1.2. Do “direito” a ser colonizado e aldeado aos “benefícios” trazidos pela civilização .....	26
1.3. Da conversão e “civilização” dos gentios à instituição do primeiro regime tutelar indígena .....	44
1.4. Do interesse da União sobre as terras indígenas ao surgimento da Constituição de 1988 .....	56
<b>2. Conflitos Territoriais, Injustiça e Intolerância .....</b>	<b>75</b>
2.1. Análise jurisprudencial do artigo 231 da Constituição Federal de 1988.....	75
2.2. A tensão social originada pela demanda de demarcação de terras indígenas.....	91
2.3. A (in) justiça e a (in) tolerância na resolução dos conflitos territoriais entre indígenas e agricultores .....	109
<b>3. Novas Concepções do Direito Indígena ao Solo: Direito Originário e Reconhecimento da Imemorialidade .....</b>	<b>131</b>

3.1. A territorialidade enquanto dimensão fundamental da afirmação do direito indígena ao solo em contraponto à concepção liberal de propriedade privada .....	132
3.2. A construção e a fundamentação da interpretação de ocupação tradicional e de imemorialidade .....	145
3.3. A natureza jurídica das terras indígenas.....	172
<b>4. Terras Indígenas, Soberania, Unidade Nacional e a Influência do Novo Constitucionalismo Latino-Americano .....</b>	<b>193</b>
4.1. As terras indígenas nas Constituições Latino-Americanas .....	193
4.2. Território, autodeterminação, soberania e unidade nacional.....	222
4.3. A territorialidade indígena brasileira sob o prisma do Novo Constitucionalismo Latino-Americano: proposições para a refundação do Estado em matéria indígena.....	248
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>277</b>
<b>Referências .....</b>	<b>285</b>